

Os “jovens turcos” na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil.

Cristina Monteiro de Andrada Luna*

Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, as potências industriais européias, em especial a França e a Alemanha, disputavam o monopólio da influência sobre os exércitos da América Latina. Tal disputa abarcava desde a venda de material bélico até o envio de missões militares estrangeiras de instrução junto aos exércitos latino-americanos. O Chile, por exemplo, durante a presidência de Domingo Santa María (1881-1886), contratou o capitão alemão Emilio Körner Henze, que empreendeu uma reforma no exército chileno a partir da criação da Academia de Guerra e do Colégio Militar, da formação de um eficiente Estado-Maior e da organização de zonas militares, que transformadas em divisões, permitiram também um adequado apoio logístico. Todas essas ações foram completadas pela aquisição de um moderno equipamento militar, pelo envio de oficiais chilenos à Alemanha e pela contratação de uma equipe de assessores militares alemães capazes de auxiliarem Körner no processo de transformação do exército daquele país¹.

Também na Argentina, a reformulação do Exército ocorreu, em grande parte, sob a influência da Alemanha. Durante a década de 1890, várias comissões de compra de armamentos chefiadas, principalmente, pelo tenente-coronel Pablo Riccheri, foram enviadas à Alemanha². Além disso, o país contava com a presença de três oficiais alemães incorporados ao seu exército: Albert Von Sydow, Rudolf Von Colditz e Georg Ruhde. Finalmente, em 1899, durante a presidência de Julio Roca, chegou à Argentina uma missão militar alemã, que contou com uma equipe de militares comandada pelo coronel alemão Alfred Arent.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social do IFCS/UFRJ.

¹ PICCIUOLO, José Luis. Los Institutos militares superiores en Europa, Chile y la Argentina. Antecedentes de la creación de la Escuela Superior de Guerra y de la influencia alemana (1895-1898). Anais do Congresso Nacional de História Militar Argentina, 1996, Volume II, pp.903-923. Sobre o assunto, ver também NUNN, Frederick M. Yesterday Soldiers: European Military Professionalism in South America, 1890-1940. Nebraska (EUA): University of Nebraska Press, 1983.

² DUFOUR, Lionel Osvaldo. Comisiones militares argentinas en Europa. Anais do Congresso Nacional de História Militar Argentina, 1996, Volume II, pp.1057-1096. Pablo Riccheri se destacou como um dos principais modernizadores do exército argentino, pois além de participar das comissões de compras de armamentos, foi um dos responsáveis pela implementação do serviço militar obrigatório e um dos incentivadores da vinda de uma missão militar estrangeira à Argentina.

No Brasil, a disputa entre os dois países europeus se desdobrou até o ano de 1919, quando a França, vitoriosa, enviou ao país uma missão militar, comandada pelo general Maurice Gamelin. Dessa forma, este trabalho tenciona analisar parte desta disputa e tem como objetivo principal compreender a participação de um determinado grupo de oficiais brasileiros, identificados pelo apodo de “jovens turcos”, no confronto entre França e Alemanha pelo envio de uma missão militar estrangeira ao nosso país. É importante notar que os denominados “jovens turcos” foram perenes defensores da superioridade do exército alemão. Contudo, em 1919, foram derrotados em sua preferência, quando o Brasil, finalmente, contratou uma missão militar francesa para instruir e modernizar o seu Exército. Assim, nossa análise abrange os anos de 1906 a 1919 e nosso ponto de partida coincide com o ano da viagem da primeira turma de oficiais brasileiros à Alemanha, quando a convite do Imperador alemão Guilherme II e a partir de uma sugestão do Barão do Rio Branco³, foram enviados cerca de cinco oficiais, que serviram arregimentados, no exército alemão, durante o período de dois anos, ou seja, até 1908.

É digno de consideração que consideramos este primeiro convite do Imperador Guilherme II como uma tentativa inicial de angariar a simpatia de parte da oficialidade brasileira, bem como de altas autoridades do Brasil, dentre elas a do ministro das Relações Exteriores (1902-1912), Barão do Rio Branco, e a do ministro da Guerra (1906-1909), marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, a favor do exército germânico. Conforme destaca o historiador Manuel Domingos Neto, a prática de convidar oficiais para fazer estágios de maior ou menor duração no corpo de tropa ou cursos de especialização inseria-se no conjunto de iniciativas sistemáticas e de longo curso dos países desenvolvidos que visavam à conquista de posições privilegiadas na venda de armas e equipamentos, no estabelecimento de eventuais alianças militares estratégicas e na disputa por mercados⁴.

Por outro lado, o envio de oficiais brasileiros à Alemanha também resultou de uma preocupação de alguns militares com o atraso do Exército e de nossa diplomacia com a soberania do país. Vale notar que, na última década do século XIX, a Argentina contestou a posse do Brasil sobre o território das Missões, tendo Rio Branco participado do litígio, arbitrado por Grover

³ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador. In: Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

⁴ NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército, 1889-1930. In: ROUQUIÉ, Alain (org). Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

Cleveland, presidente dos Estados Unidos, que deu ganho de causa ao Brasil, em 1895⁵. A preocupação com a Argentina era, portanto, constante. Além disso, vale lembrar que a Argentina, assim como o Chile, já iniciara a modernização de sua Armada e de seu Exército. Ademais, o litígio com a Bolívia⁶ sobre a região do Acre (1900-1903) e a guerra de Canudos (1896-1897) evidenciaram a incapacidade do poderio militar brasileiro frente a ameaças externas e internas.

Além da turma enviada em 1906, foram enviadas outras duas turmas em 1908 e 1910, respectivamente. Vale notar que a estada da segunda turma de oficiais brasileiros, na Alemanha, coincidiu com a primeira visita do ministro da Guerra brasileiro àquele país, entre agosto e setembro de 1908⁷. A convite de Guilherme II, a comitiva brasileira, composta pelo ministro Hermes da Fonseca, pelo general Mendes de Moraes, pelo major Tasso Fragoso, pelo capitão Deschamps Cavalcanti⁸ e pelo correspondente do *Jornal do Comércio*, assistiu às manobras de guerra do exército germânico, realizadas em diferentes locais da Alemanha. Em Berlim, Hermes da Fonseca foi convidado a montar o cavalo pessoal do Imperador para passar em revista tropas reunidas em sua homenagem. Os brasileiros foram, ainda, agraciados com banquetes oficiais e com convites à ópera, e os jornais alemães acompanharam a visita e elogiaram a figura do nosso ministro da Guerra, apontado como o grande modernizador do Exército Brasileiro⁹.

Durante esses eventos, a delegação brasileira travou contatos com o *Kaiser*, com o Chefe do Estado-Maior alemão, Helmuth von Moltke, e com vários outros militares, dentre eles generais e oficiais de baixa patente, como o tenente Auer, que ciceroneou a comitiva durante toda a sua estada na Alemanha, que contou, ainda, com visitas às fábricas de material bélico Mauser e Krupp, à Escola Militar de Lichterfeld, às fábricas da Allgemeine Electricität's Gessellschaft e à estação telegráfica sem fios de Navem¹⁰.

A visita resultou em um aumento do número de jovens oficiais brasileiros convidados a estagiar na Alemanha. Por isso, a turma enviada, em 1910, foi a mais numerosa. Propiciou uma

⁵ VIANA FILHO, Luís. A Vida do Barão do Rio Branco, pp 198-238. Vale notar que o Brasil entrou em litígio com a França, pelo território do Oiapoque, e com a Inglaterra, pela Ilha de Trindade.

⁶ DONATO, Hernâni. Dicionário das Batalhas Brasileiras. São Paulo: Ibrasa, 1996. p 143.

⁷ DOMINGOS, Manuel. A Disputa pela Missão que mudou o Exército. In: Estudos de História, UNESP, São Paulo, v. 8, pp. 197-215, 2001.

⁸ Vale notar que o Capitão Deschamps Cavalcanti estagiou no Exército alemão durante os anos de 1906 a 1908. Era, portanto, um “jovem turco”.

⁹ Em 2 de setembro de 1908, a *Militär Wochenblatt* publicou matéria específica sobre a importância do Marechal Hermes da Fonseca no processo de modernização do Exército Brasileiro. Citado em *Jornal do Comércio*, 3 de setembro de 1908.

¹⁰ A visita foi veiculada no Brasil pelo *Jornal do Comércio* durante todo o mês de setembro de 1908.

aproximação ainda maior entre Brasil e Alemanha e fortaleceu as possibilidades da vinda de uma missão alemã ao país. O periódico alemão *Vossische Zeitung* noticiou, inclusive, que constava nas rodas militares que o Ministro da Guerra do Brasil estava em negociações para contratar oficiais alemães de Cavalaria e Artilharia para instruírem o Exército Brasileiro¹¹.

Entretanto, tal aproximação acirrou o interesse da França e a concorrência entre os dois países europeus pela venda de material bélico e pela implementação de uma missão militar de instrução junto ao nosso Exército. Picuinhas e boatarias foram veiculadas em jornais franceses, alemães e brasileiros. O jornal *Lé Brésil*, por exemplo, anunciou que o Marechal Hermes da Fonseca não visitara a França, que, na época, também realizava suas manobras de guerra, porque o itinerário de sua viagem fora determinado pelo *Kaiser*, o que causou nos circuitos oficiais franceses uma impressão desagradável¹².

Em 1910, mais uma vez, a convite do Imperador, Hermes da Fonseca tornou a visitar a Alemanha, a fim de assistir às manobras do Exército e da Esquadra, em Danzig, e de participar da parada de 2 de setembro,¹³ em Berlim. Todavia, em agosto do mesmo ano, também visitou a França, como convidado oficial, e cumpriu um intenso programa de visitas a escolas e instalações militares, além de ter assistido a manobras e exercícios das tropas francesas e realizado viagens organizadas pelos fabricantes de armas. Vale notar que o fato de Hermes da Fonseca ter visitado ambos os países como presidente eleito, pois só tomou posse em 15 de novembro seguinte, forneceu argumentos para uma maliciosa campanha da imprensa francesa, que capitaneada pelo periódico *Lé Brésil*, afirmou que o governo anterior, presidido por Afonso Pena (1906-1910) - indiferente à preferência do presidente eleito por uma missão militar francesa, negociava a vinda de uma missão alemã ao país. Os boatos repercutiram em jornais da França e da Alemanha e causaram verdadeiro imbróglio, que obrigou o embaixador do Brasil, em Berlim, a reafirmar o interesse de Hermes da Fonseca na vinda de oficiais alemães ao Brasil¹⁴.

As negociações, porém, não obtiveram, a princípio, desfecho favorável a nenhum dos países em disputa. Hermes da Fonseca assumiu a Presidência da República (1910-1914) e frustrou as expectativas dos oficiais que desejavam reformar nosso Exército, principalmente a partir da implementação de uma missão militar alemã. Nas memórias dos oficiais Estevão Leitão de

¹¹ *Vossische Zeitung*, 10 de setembro de 1908. Citado em *Jornal do Comércio*, de 11 de setembro de 1908.

¹² *Lé Brésil*, 19 de setembro de 1908. Citado em *Jornal do Comércio* de 20 de setembro de 1908.

¹³ Dia do aniversário da Batalha de Sedan, que consolidou a vitória alemã na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871).

¹⁴ Cartas do embaixador do Brasil, em Berlim, Brasília Itiberê da Cunha, ao ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, setembro/outubro de 1910. Palácio do Itamaraty.

Carvalho e Bertoldo Klinger fica evidente a perplexidade de ambos frente ao abandono de Hermes da Fonseca quanto ao tema. Leitão de Carvalho, por exemplo, ao narrar o seu deslumbramento frente à parada militar de 2 de setembro de 1910, em Berlim, afirmou o seguinte:

O nosso entusiasmo por ver adotados no Exército Brasileiro os métodos de instrução que condiziam àquele espetáculo impressionante recebeu um forte estímulo, quando soubemos haver a intenção de contratar-se uma grande missão alemã para orientar a remodelação das nossas forças de terra. Essa notícia surgiu durante a estada do marechal Hermes, na Alemanha, a convite do Imperador Guilherme, para assistir às manobras de outono, que se realizariam em setembro daquele ano. De fato, parece ter havido entendimentos nesse sentido, pois o tenente **Vilanova** fora retido na Alemanha, para ser ajudante de ordens do chefe da missão, só tendo podido regressar ao Brasil no fim do ano, quando a iniciativa do presidente eleito, por motivos até hoje inexplicados, caducou, ficando suspensos os preparativos a que já se entregavam alguns oficiais escolhidos para comporem a missão. Os que podiam esclarecer esse episódio histórico nunca se manifestaram publicamente, de forma que, hoje, passados cinquenta anos, é difícil reconstituir, com exatidão, os fatos.¹⁵

Assim, as discussões sobre a contratação de uma missão militar estrangeira ficaram suspensas durante os anos de 1910 a 1914, exceto pela acirrada campanha movida pelos jovens oficiais, que após o estágio na Alemanha, passaram a defender a modernização do Exército Brasileiro a partir do modelo germânico. Vale notar que o afã modernizador dos denominados jovens turcos não se limitou à defesa da vinda de uma missão militar alemã ao Brasil, pois o grupo também se engajou na defesa da ampliação do ensino militar nos estabelecimentos escolares de nível secundário e superior e na luta para pôr em prática o serviço militar obrigatório.

A fim de divulgar suas idéias, os “jovens turcos” lançaram, em 10 de outubro de 1913, a revista *A Defesa Nacional*. O nome da revista foi sugerido pelo capitão Mário Clementino de Carvalho e o seu formato, por sugestão de Bertoldo Klinger, assemelhava-se ao da *Militär Wochenblatt*,¹⁶ de Berlim. O grupo fundador da revista foi composto por doze oficiais reformadores, membros de todas as armas: oito ex-estagiários do exército alemão (Klinger,

¹⁵ CARVALHO, Estevão Leitão de. Memórias de um soldado legalista. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. Tomo I, p. 102. Grifo Nosso. O oficial Amaro de Azambuja Vilanova pertenceu à segunda turma de oficiais brasileiros que serviram arregimentados no exército alemão, entre os anos de 1908 e 1910.

¹⁶Cf. CAPELLA, Leila Maria Corrêa. As malhas de aço do tecido social: A revista “A Defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985. A *Militär Wochenblatt* era uma revista de teor técnico e militar publicada por militares alemães entre os anos de 1816 a 1942. Disponível em <http://de.wikipedia.org/wiki/Milit%C3%A4r-Wochenblatt>, Acesso em 02 ago. 2007.

Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, Amaro de Azambuja Vilanova e Francisco Jorge Pinheiro) e quatro adeptos entusiastas da campanha (Brasílio Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mario Clementino de Carvalho).

As propostas reformadoras pugnadas pelos jovens tenentes e capitães e o nome por eles atribuído ao seu órgão oficial fizeram com que os militares avessos às mudanças¹⁷ os denominassem, pejorativamente, de “jovens turcos”, em alusão aos jovens oficiais turcos que estagiaram no Exército germânico e que, ao retornarem ao seu país, lançaram uma revista intitulada *A Defesa Nacional* e promoveram profundas modificações no Exército e no Império Otomano, sob a liderança de Mustafá Kemal. Vale notar que a resistência encontrada pelos jovens reformadores se devia ao comodismo de muitos oficiais frente ao atraso do Exército, que, ainda no começo do século XX, possuía características coloniais incompatíveis com os exércitos modernos caracterizados pelo avanço industrial e tecnológico.

A revista *A Defesa Nacional*, de acordo com o formato da *Militär Wochenblatt*, acabou por se constituir em uma revista de teor predominantemente técnico e militar. Contudo, não deixava de possuir um caráter político, pois em alguns artigos e em muitos editoriais, os jovens turcos abordavam questões nacionais e, ao fazê-lo, acabavam por expor o seu pensamento político conservador, forjado em grande parte a partir da experiência do estágio no exército alemão e da estada na Alemanha. Todavia, esta discussão extrapola o escopo deste artigo, que se concentra em analisar a defesa dos jovens turcos em prol da superioridade bélica germânica e, conseqüentemente, em prol da vinda de uma missão militar alemã ao país.

Nas páginas de *A Defesa Nacional*, os jovens turcos costumavam publicar manuais, trechos de livros e relatórios militares traduzidos do alemão; escreviam artigos sobre armas, canhões e sobre a munição alemã, bem como analisavam a organização do exército germânico e sua participação em guerras e batalhas. Por isso, a revista *A Defesa Nacional* era chamada de jornal prussiano e os jovens turcos, de germanófilos. Não raro, tais acusações advinham de militares e civis que defendiam o comércio de armas com a França e a vinda de uma missão militar francesa ao Brasil. Tal rivalidade transparece em artigo publicado no terceiro número de *A Defesa Nacional*, de 10 de dezembro de 1913:

¹⁷ Os oficiais avessos às mudanças eram, em geral, os oficiais apelidados de “bacharéis fardados” e “tarimbeiros”. Cf. CARVALHO, José Murilo de, *op.cit.*, pp 25 e 26.

Dentre os ataques que de algum tempo para cá vem sofrendo a chamada “escola alemã” é sem dúvida dos mais curiosos o que se lê em *O Paiz*, de 6 de novembro, com a epígrafe *Sobre a Escola de Saumur*. Não tivéssemos, porém, encontrado aí uma referência ao comentário do nosso primeiro número sobre *O arriamento para a cavalaria*, a qual o seu autor aproveita para uma alfinetada, chamando-nos de jornal prussiano, mais uma vez o ardoroso escritor militar não seria contrariado no seu amor pela França. Antes de falarmos em escolas de equitação, que, pelo título, o artigo deu-nos a ilusão de ser seu assunto principal, seja-nos permitido estranhar que tão apaixonado apologista das teorias francesas comece, num artigo pró-França, por uma citação de Clausewitz, em inglês. E depois, em sua argumentação diz: “são franceses os livros que estudamos, as doutrinas que aprendemos e as teorias de que necessitamos”.

Toda vez que ouvimos ou lemos afirmações da natureza desta, lembramo-nos logo da “Nation Armée”, da “Theorie de la grande guerre” e de outras traduções em francês que nos eram familiares na escola; e nosso espírito leva-nos, sem malícia alguma, a perguntar ao Senhor Major Liberato se doutrina e teoria francesas compreendem tudo o que está traduzido para essa língua que pretendemos manejar tão bem. Tínhamos também, diante disso, desejo que nos dissessem quais os livros genuinamente franceses adotados no jogo da guerra da IX Região de Inspeção.

A respeito de doutrina, nós, aqui no Brasil, nunca tivemos nada adotado; e quanto às teorias de que necessitamos, devemos aceitar as boas, alemãs ou francesas, uma vez que venham recomendadas por longa experiência. Mas, mais que doutrina e teoria, o que precisamos é incutir no espírito dos nossos jovens oficiais a prática da instrução e do seu desenvolvimento progressivo de acordo com um método cuidadosamente traçado.

(...)

Outra coisa que é preciso desaparecer do campo das discussões quando se fala em França e Alemanha, é o ponto de vista duplamente falso em que nos colocamos, achando que na última dessas nações tudo nos é diverso, estranhável e incômodo, enquanto se pensa que na outra a questão muda inteiramente de figura. Não há tal; salvo si encararmos somente o lado militar, porque então não há coisa mais diversa da nossa do que a perfeita organização alemã, a prática da instrução que lá se observa e o honesto cumprimento de todos os regulamentos.

A respeito dessa comparação, há de calar no espírito do Senhor Major Liberato a observação de que só não tolera a instrução alemã quem ainda não a praticou.

De todos os oficiais que serviram naquele grande exército, não há um que diga que ela não corresponde ao nosso temperamento. Falássemos de certos regulamentos, como o processo criminal, o dos tribunais de honra, então sim, a coisa mudaria; mas, instrução de tropa – como método de tiro, formações para combate, etc. – desde que não fique provado sermos homens sem um braço ou sem uma perna, não há argumento contra a adoção da escola alemã no Brasil.

Dizer-se que a nossa educação é toda ela francesa é uma asserção com que também não podemos concordar. Pelo menos, quem vai à França vê logo que entre os hábitos de lá e os nossos existe a mesma grande diferença que entre os alemães e estes. Há sim, aqui no Brasil, muitos costumes pedantes que são praticados como franceses, mas que levantariam protestos se fossem exibidos na França.¹⁸

A preferência dos jovens turcos pela Alemanha e a rivalidade com a França fica mais uma vez evidente em artigo assinado pelo capitão César Augusto Parga Rodrigues, que serviu no exército alemão durante os anos de 1910 a 1912:

Em geral os representantes da indústria européia, principalmente os das fábricas de armamentos, cingindo-se ao seu verdadeiro papel de negociantes, empregam os maiores esforços para nos convencer da superioridade dos produtos de sua usina sobre os das outras e, para isso conseguir, servem-se de todos os meios não hesitando, sequer, alguns deles em adular fatos dos quais tiram ilações ilógicas, comparando, não poucas vezes, coisas inteiramente heterogêneas e, destarte, conseguem trazer ao nosso meio profissional a confusão e o desnorteamento.

A recente guerra turco-balcânica ofereceu-lhes mais uma oportunidade aproveitada não somente por eles, mas ainda pelos diletantes de artilharia e, mesmo, por simples rabiscadores de “cartas parisienses” para, mais uma vez, tentarem convencer-nos da superioridade da tática e da artilharia francesa sobre a artilharia e a tática alemã.

Como vejo entre nós um bom número de camaradas, em sua maioria simples leitores de assuntos sobre artilharia já propensos a aceitarem aquelas ilações que reputo inadmissíveis venho, penso, cumprindo um dever altamente patriótico e, mesmo, de justiça, lançar um tênue raio de luz sobre esta questão que será, de certo depois melhor tratada por colegas de maior competência; assim poderemos nos colocar em guarda contra essas questões comerciais.

Abusa-se em geral, entre nós, da natural simpatia que pela França têm os países latinos e, assim, desejando a aquisição deste ou daquele material, somos influenciados não pelo cérebro, mas, na maioria dos casos, pelo coração e não será raro aqui encontrar-se quem mais entusiasmo pelas coisas francesas tem do que mesmo os próprios franceses! Ora, este excesso nos tem feito verdadeiros súbditos intelectuais da França e nós, cuja indisciplina, diz-se, está na **massa do sangue** somos, a esse respeito de uma submissão tal que a faculdade de discernir se esvai ante essa espécie de obsessão.

Antes de entrar em assunto e, ainda, para bem definir a nossa posição, declaro que não sou, como por aí se diz, um fanático admirador da Alemanha: antes de para esse país partir eu

¹⁸ *A Defesa Nacional*, 10 de dezembro de 1913, pp 101-102.

conhecia da França isso que os seus incondicionais imitadores conhecem e, como eles, fazia uma idéia perfeitamente falsa da pátria de Frederico, o Grande.

Assim, ao passo que esses camaradas são loucos de entusiasmo por aquilo que não conhecem e odeiam e desprezam o que também não podem ainda compreender, eu, o fanático ou o prussiano, sem de modo algum abdicar da minha liberdade, admiro aquilo que vi de perto e sou grandemente entusiasmado por uma nação onde vi realizado o meu ideal de cidadão, de patriota, de soldado!

Sobre o assunto de que vamos tratar, porém, eu sou perfeitamente insuspeito; pois, mantenho as mesmas opiniões que antes de servir no exército alemão professava e podem atestá-lo aqueles que, sob a minha direção, de 1907 a 1909, na linha de tiro do Realengo, com o material Krupp de tiro rápido trabalharam.

Assim, admirando e estimando mesmo, essas duas grandes nações – a França e a Alemanha, ambas para nós inesgotáveis fontes de ensinamentos, encaro aqui a questão como o profissional que não deseja ver sacrificados os interesses da defesa nacional, a homenagem a este ou aquele país e sim, levado pelo mais sã patriotismo, procura contribuir para que o Brasil não venha a pagar mui caro seu injustificável excesso de latinismo¹⁹.

Com o fim da presidência de Hermes da Fonseca e com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as discussões sobre a contratação de uma missão militar estrangeira voltaram à baila, envolvendo órgãos governamentais e legislativos, a alta direção militar e os militares. Essas discussões foram acirradas pela imprensa que noticiava, posicionava-se e aproveitava a contenda para tirar vantagens político-partidárias, opondo ainda mais os dois principais grupos que esgrimiam suas opiniões, pró-França ou pró-Alemanha²⁰.

Tendo em vista a guerra, o jovem turco Amaro de Azambuja Vilanova afirmou que ficara comprovado, mais uma vez, que só a capacidade militar garante a integridade de uma nação. Para tanto, citou como exemplo a Bélgica, que por não ter se preparado militarmente tinha sua independência ameaçada, e a França, que por ter descuidado de suas Forças Armadas tinha dificuldades em resolver os problemas gerados pela guerra. Já a Alemanha, ao contrário, mostrara de “maneira brilhantíssima, quanto vale o completo preparo e aparelhamento de uma nação para a luta”.²¹ Contudo, com a evolução da guerra, a opção pela missão militar alemã foi se tornando cada vez mais complicada para os jovens turcos, pois a Inglaterra e a França pressionavam o Brasil a interromper o comércio com a Alemanha e a apreender os navios alemães que se

¹⁹ *A Defesa Nacional*, 10 de janeiro de 1914, p.117. Grifo do autor.

²⁰ BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. RJ: BIBLIEX, 1994.

²¹ *A Defesa Nacional*, 10 de outubro de 1915, p. 4. Citado em CAPELLA, op.cit.

encontravam ancorados nos portos brasileiros²². A simpatia dos jovens turcos pelo modelo de guerra alemão, porém, continuou inabalável. A revista *A Defesa Nacional*, com frequência, publicava coluna intitulada *A Alemanha Militar*, na qual eram destacadas a superioridade material do exército alemão, mas, também, a sua “superioridade moral”, gerada a partir do serviço militar obrigatório, que atingia todas as camadas sociais, e da prática da instrução obrigatória em todas as escolas do país. Vale notar que os jovens turcos admiravam, sobretudo, o “sentimento do dever” do povo alemão²³.

Porém, com o torpedeamento de cinco navios brasileiros por embarcações da esquadra alemã, a preferência dos jovens turcos sofreu um golpe, pois a neutralidade do Brasil frente à Guerra foi suspensa e a partir de outubro de 1917, o país entrou no conflito, ao lado da França, Inglaterra, dos Estados Unidos e de outras nações aliadas. Assim, após o término da Primeira Guerra, a opção dos jovens turcos se tornou inviável e o Brasil contratou uma missão militar francesa para modernizar o seu Exército. Contudo, não concordamos com as explicações normalmente presentes nos livros sobre a modernização do Exército Brasileiro, nos quais a escolha pela França é justificada pela maior afinidade cultural do Brasil com os franceses e pela derrota da Alemanha, na Primeira Guerra.

Dessa forma, acreditamos que os motivos da escolha pela missão militar francesa encontram-se ligados a explicações econômicas e até mesmo políticas, que constituem umas das questões principais que norteiam a nossa pesquisa. Os diálogos do Brasil com a Alemanha sobre a modernização do nosso Exército remontam, pelo menos, ao ano de 1906, quando o primeiro grupo de oficiais brasileiros foi enviado àquele país. Assim, o Brasil teve inúmeras oportunidades de contratar uma missão alemã. Poderia tê-lo feito, inclusive, em ocasião das duas visitas de Hermes da Fonseca à Alemanha, a convite do *Kaiser*, em 1908 e 1910; ou, ainda, durante a presidência do marechal Hermes (1910-1914), conforme a expectativa do Império alemão e dos próprios jovens turcos, reunidos em torno da revista *A Defesa Nacional*.

²² CAPELLA, op.cit, pp 70-94.

²³ Coluna *A Alemanha Militar*. Em *A Defesa Nacional*, 10 de julho de 1916, pp.313-316.